

# FORTIFICAÇÕES MODERNAS DO ALENTEJO RAIANO – ENTRE MONSARAZ E MÉRTOLA

Fernando Branco Correia  
*CIDEHUS - UE*



Para um não especialista em fortificações de época moderna há sempre evidentes dificuldades em abordar esta temática. No entanto, a não recusa em afastar este desafio tem por base o facto de o autor destas linhas ter algum conhecimento do território em questão e ter estudado algumas destas fortificações para o período medieval. Por outro lado, a existência de um colega espanhol que, neste colóquio, trata aspectos das fortificações do território contíguo situado, grosso modo, a leste do Guadiana, facilita a abordagem do tema. Além disso, deve referir-se que o pretendido com esta comunicação são questões relativas ao conhecimento do património existente e não um estudo aprofundado das questões e problemáticas de carácter histórico.

Apesar de inicialmente estar previsto o estudo das fortificações portuguesas que se localizam, actualmente, na área fronteiriça do distrito de Beja, é conveniente ir um pouco mais a norte e ter em linha de conta duas outras fortificações –Monsaraz e Mourão, na medida em que, dessa forma, se pode entender melhor a defesa, por parte das forças do reino de Portugal, das terras na margem esquerda do Guadiana e das relações entre territórios da mesma coroa em ambas as margens deste rio.

Devemos começar por reconhecer que esta região não possui grandes praças de armas como, por exemplo, Elvas<sup>1</sup>, Badajoz<sup>2</sup> ou mesmo Estremoz. Por outro lado, não faltam as localidades fortificadas ainda com sistemas medievais pouco evolucionadas - não há nada semelhante ao que se encontra no castelo de Vila Viçosa<sup>3</sup> ou mesmo Évora-Monte. Estamos perante um território ao qual parece não ser atribuído um papel central num cenário de uma possível invasão mas que, mesmo assim, não deixa de ser fortificado e sobre o qual não deixa de haver alguma preocupação<sup>4</sup>.

A leitura atenta das cartas aos governadores militares do Alentejo<sup>5</sup>, permite perceber a importância da Monsaraz para o controle da passagem do Guadiana, pelos portugueses, para poder continuar a controlar Mourão e as praças da margem esquerda do Guadiana, a partir de 1640 – apesar de esse pressão se ter feito sentir só alguns anos depois. De facto, começam a surgir estudos do campo, mapas – como, por exemplo, o de Teixeira Albernaz, de 1644<sup>6</sup> – e estudos para refortificar localidades sensíveis. Vejam-se algumas delas.

Monsaraz era um ponto militar fundamental para que os territórios do reino de Portugal das duas margens do Guadiana pudessem comunicar entre si; junto a Monsaraz se encontravam vários “portos” onde era possível efectuar o atravessamento do rio, difícil em outros tramos do mesmo. A vila

---

1 Sobre Elvas, para este período deve ver-se RIBEIRO José, “Edifícios militares notáveis dentro da fortificação de Elvas”, *O Pelourinho*, nº 16, Diputación de Badajoz, 2012, pp. 51-77.

2 Para trabalhos recentes sobre as construções militares de Badajoz e da zona em redor da linha do Guadiana veja-se, entre outros trabalhos com valor, CAYETANO ROSADO; Moisés, “La red abaluartada luso-española - valoración conjunta y actuaciones en futuro”, *O Pelourinho*, nº 16, Diputación de Badajoz, 2012, pp. 5-50.

3 ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1947. III. p. 271.

4 Veja-se o que HESPAÑA, António Manuel diz sobre a fronteira alentejana na sua “Introdução” (sobretudo pp. 28-32) ao vol. II da *Nova História Militar de Portugal*, dirigida por BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

Para esta época continua a ser útil a consulta dos vários volumes da obra de SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, *História orgânica e política do exército português*, 3 vols., Lisboa : Imprensa Nacional, 1896-1902, para além dos 12 volumes das *Provas* (Lisboa : Imprensa Nacional 1902-1917), para além dos clássicos PIMENTEL, L. Serrão, *Método lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares*, Lisboa, 1993 (1ª ed, Lisboa, 1680); FORTES, Manuel Azevedo, *O Engenheiro Portuguez (...)*, 2 tomos, Lisboa, 1728-29.

5 COELHO, P. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, 3 vols.. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, *passim*.

6 ALBERNAZ, João Teixeira, *Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola*, s.l. : s.n., 1644, (44x59 cm).

e muralhas de Monsaraz têm recebido uma atenção muito grande nos últimos anos por parte das instituições relacionadas com o património cultural edificado. As ruas, casas outros edifícios tem sido recuperados e acolhido um turismo que se tem desenvolvido e crescido nos últimos anos. As muralhas, bem conservadas e mantidas, são um cenário muito apreciado por visitantes. Porém, acentua-se, geralmente, a tradição medieval de Monsaraz, não dando o relevo que deve merecer a dinâmica desta vila a partir de meados do século XVII.

Qualquer perspectiva aérea de Monsaraz revela a permanência de sistemas poliorcéticos que, aproveitando as fortificações medievais, reforçaram as defesas da vila a partir do momento da Restauração (Figs. 1 e 2). Nem todos estes sistemas foram recuperados – apesar do esforço imenso na valorização do património – sendo visíveis construções militares importantes, por vezes pouco visíveis, na face virada sensivelmente a Oeste. Há plantas militares de grande utilidade para entender a complexidade das suas fortificações e a forma como as estruturas medievais foram adaptadas a novas solicitações, sem desaparecerem<sup>7</sup> - Fig. 3; uma delas é uma utilíssima planta de 1755, do conhecido Miguel Luís Jacob, intitulada "*Planta da praça de Monçaras ... na vezita geral de 1755*"<sup>8</sup>. No entanto, não se pode esquecer o estudo, anterior, de Nicolau de Langres<sup>9</sup>.

No caso de Mourão, a valorização do património existente é menos evidente<sup>10</sup>. De facto, a vila actual desenvolve-se exclusivamente no exterior do recinto amuralhado, o que contribuiu para que o mesmo se tornasse obsoleto e desajustado do quotidiano. Monsaraz quase morreu mas a localidade e os habitantes nunca largaram totalmente o núcleo defendido. O caso de Mourão é muito diferente; desenvolvendo-se, sobretudo desde o século XVIII, para o exterior das suas muralhas, localiza-se na margem esquerda do Guadiana e facilmente poderá atingida por tropas provenientes de Leste. Mourão será tomada pelo Duque de San Germán após um assédio de somente seis dias; a consciência da sua fragilidade levará a rainha D. Luísa de Gusmão (ou Guzmán) a apostar no reforço da praça de Mourão, depois de 1657 – estando liga-

7 Cf. <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/05/5-68-83/8677-5-68-83.jpg>

8 Cf. <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/03/3-40-PP/1392-3-40-PP.jpg>

9 Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, 1661 (?) (manuscrito, disponível em PURL), fl. 18.

10 Mourão, em geral, veja-se ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1947. III. Pp. 244-247 (a foto que o autor atribui a Monsaraz – pp. 262-263- parece corresponder a Mourão; parece ser lapso).

do à recuperação de Mourão pelos portugueses a figura do eborense Joanne Mendes de Vasconcelos<sup>11</sup>.

Também no caso de Mourão se ter apostado, em termos de valorização do património construído, no período medieval, aquele que tem uma verticalidade que permite apresentar um cenário mais sedutor para o viajante acabado de chegar. No entanto, os revelins e baluartes construídos em Mourão a partir da segunda metade do século XVII revelam ao viajante atento e a quem puder “ler” este conjunto amuralhado a partir de fotografias aéreas ( Fig. 4 e 5) um conjunto impressionante subvalorizado em termos patrimoniais que corre o risco de se degradar mas que, por outro lado, não sofreu a acção de restauros que o tenham desfigurado. É possível e desejável comparar a realidade ainda visível com plantas disponíveis, em alguns casos recentemente descobertas e valorizadas<sup>12</sup>. O interessantíssimo desenho de Miguel Luís Jacob (Fig. 6) já inclui projectos de defesa do “arrabalde”, ou seja, a área ocupada actualmente pela vila de Mourão<sup>13</sup>. Nesse arrabalde implantar-se-ão edifícios importantes, como o celeiro comum – existente em muitas outras vilas do sul – que terá um papel importante no controle sobre os cereais, vital para a subsistência da população<sup>14</sup>.

Por outro lado, há um elemento recente que pode relançar o interesse pela património militar abaluartado construído em Mourão: o modelo reduzido construído recentemente na rotunda principal da nova entrada desta vila,

---

11 É deste conjuntura o estudo de Nicolau de Langres para esta vila – cf. *Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, 1661 (?), fl. 19.

12 Planta de Mourão, do século XVII (1657), com legenda em português, existente no Arquivo Militar de Estocolmo (Krigsarkivet i Stockholm); disponível também no blog “La memoria ausente”, <http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/idiomas/portugues/fichas/letraM/mourao.htm?lis=m2>; [http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/mapas/019\\_Mourao.htm](http://www.4gatos.es/MemoriaAusente/mapas/019_Mourao.htm)

13 Cf. planta de Miguel Luís Jacob, de meados do século XVIII: <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/03/3-40-PP/1395-3-40-PP.jpg>; e planta de 1785:

<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21A-105/3033-2-21A-105.jpg>; veja-se também <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/05/5-68-83/8680-5-68-83.jpg>

14 O celeiro comum de Mourão localizava-se no edifício onde hoje está sediada a Câmara Municipal desta vila. Para compreender os “celeiros comuns” no Alentejo pode ver-se, com muita utilidade, SOUSA; Daniela, *O celeiro comum de Grândola: da História administrativa à produção de um instrumento de descrição documental*, dissertação de Mestrado apresentada à universidade de Évora, Évora, 2010 (em linha); para o “celeiro comum” de Mourão, em 1686: *ibidem*, p. 162.

que pode estimular o interesse pelo seu passado, património edificado e pelas plantas disponíveis para o seu estudo<sup>15</sup>.

A velha fortificação medieval de Noudar, implantada sobre a própria raia entre os dois reinos vai atrair igualmente as atenções dos militares e estrategas. Sendo Noudar um velho burgo medieval com poucos habitantes - onde não falta ocupação em época islâmica, quando se deve originado o topónimo – a sua importância reside no facto de poder controlar o rio Ardila e a ribeira de Múrtega, obstáculos que qualquer exército que desejasse progredir em direcção a Moura teria de transpor ou controlar.

Também em Noudar o peso da sua ocupação medieval se faz sentir de forma clara. E a recolocação de uma fronteira após 1640 parece não terem modificado muito do quotidiano e as estruturas defensivas desta fortificação.

Apesar de não ter havido importantes obras de melhoramento nesta fortificação medieval, não deixou de haver projectos para tentar modernizar esta posição militar, sobretudo no século XVIII. Na verdade, Noudar será tomado por tropas do Duque de Osuna, em 1707, na sequência da chamada Guerra de Sucessão de Espanha e só será devolvido a Portugal em 1715, com o Tratado de Utecht. Talvez seja devida a estas circunstâncias - a facilidade em cair nas mãos de tropas vindas de Espanha - que se pensa, a partir do século XVIII, dotar o local de fortificações mais modernas.

Numa obra essencial para compreender a história deste castelo, é publicada uma planta – das várias - de Miguel Luís Jacob, de 1755 (Fig. 7), na qual se assinala um projecto para a edificação de um reduto fortificado<sup>16</sup>. Este desenho é bastante interessante na medida em que se dá a conhecer um projecto de edificação de uma fortificação abaluartada que nunca será concretizada e, por outro lado, é possível verificar que a fortificação medieval manteve grande parte das características originais e que pouco mais se fez para além de uma pequena cortina preparada para a acção da pirobalística, no exterior do castelo, protegendo a sua entrada<sup>17</sup> (Fig. 8). Pouco mais parece ter sido edificado nesta fortificação.

15 Cf. <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21-30/3031-2-21-30.jpg> ;

16 COELHO, Adelino de Matos, *O castelo de Noudar – fortaleza medieval*, ed. Câmara Municipal de Barrancos, Lisboa, 1986. Ver também [http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21A-105/3247\\_I-2-21A-105.jpg](http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21A-105/3247_I-2-21A-105.jpg);

[http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21A-105/3247\\_II-2-21A-105.jpg](http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21A-105/3247_II-2-21A-105.jpg);

[http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21A-105/3247\\_III-2-21A-105.jpg](http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-21A-105/3247_III-2-21A-105.jpg);

<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/05/5-69-81/8414-5-69-81.jpg>

17 *Ibidem*, pp. 87-88

As fortificações de Moura e de Serpa colocam diferentes questões. Trata-se de duas vilas com um número de habitantes muito superior ao de Noudar. Localizadas em terras mais férteis e capazes de, pela sua proximidade do rio Guadiana, poderiam permitir uma entrada directa nos férteis e fáceis de cruzar campos ou “barros” de Beja. No entanto, será sobretudo Moura – muito mais que Serpa – que receberá melhorias significativas no seu sistema defensivo e em construções destinadas a receber e acomodar tropas.

Serpa – tal como Moura, aliás – possuem fortificações desde época islâmica. Essas fortificações, onde a “taipa militar” está presente, foram reforçadas com alvenarias e ampliadas para envolver duas vilas em crescimento nos finais da idade Média. Serpa manteve o seu castelo – junto do qual se encontram vestígios de época andalusí - e aí se edificou uma muralha sólida, com uma forma muito próxima de um quadrado regular, muralha medieval essa que, no século XVII, não vai receber atenção especial por parte dos estrategas portugueses, apesar de haver estudos e propostas sobre ela<sup>18</sup>. Há projectos para melhorar o sistema defensivo de Serpa mas a concretização é mínima. No entanto, se se olhar com atenção para o traçado urbano no exterior da zona amuralhada da vila na Baixa Idade Média, é possível encontrar arruamentos que definem entre si espaços triangulares, não seria impossível que estas marcas urbanísticas resultasse da definição de um sistema poliorcético preparado para as necessidades da pirobalística, sistema esboçado no terreno mas nunca terminado (Fig. 9). Do século XVII data o aqueduto implantado sobre a muralha de traçado medieval, aqueduto que serve para abastecer essencialmente o palácio dos Condes de Ficalho, mas pouco mais se terá edificado então. Segundo uma planta de Miguel Luís Jacob, pensou-se dotar Serpa de uma estrutura defensiva exterior à muralha medieval, a oriente desta, muito à semelhança do que se pensou fazer em Noudar e que transparece nos desenhos do mesmo M. L. Jacob (Fig. 10) <sup>19</sup>.

No caso de Moura, a obra construída é mais vasta<sup>20</sup>. Iniciou-se, recentemente, um trabalho de levantamento das estruturas ainda existentes nesta

---

18 É o caso da proposta e estudo de Nicolau de Langres, em *Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, 1661 (?), fl. 22 – projecto em que as construções abaluartadas, então projectadas, se encostariam às muralhas medievais.

19 Cf. Planta de Miguel Luís Jacob, de meados do século XVIII, disponibilizada em: <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/05/5-68-83/8649-5-68-83.jpg>.

20 Para Moura ver também ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1947. III. p. 334 e seguintes.

cidade e de valorização das mesmas, trabalho fundamental para compreender as construções militares destas épocas – existentes (Fig. 11) e desaparecidas<sup>21</sup>.

Os trabalhos iniciam-se ainda no século XVII, em tempos de D. João IV e Afonso VI<sup>22</sup>, mantendo muitas das construções medievais de pé, como se houvesse desconfiança na sua destruição. Também Moura foi afectada pela presença das tropas do Duque de Osuna, em inícios do século XVIII, pois foi invadida pelas suas tropas no ano de 1707. O interesse militar de Moura está ligado à existência de algumas imagens importantes da sua realidade poliorcética e dos projectos que sobre ela recaíram.

Nicolau de Langres desenhou<sup>23</sup>, entre outras, a vila de Moura, deixando indícios fundamentais para compreender a diferença entre o que se projectou construir e o que efectivamente se edificou. Há também um levantamento de Tinoco, de 1663 – menos ricos em detalhes<sup>24</sup>. Na Biblioteca Nacional, em Madrid, conserva-se uma planta de Moura, de autor desconhecido, da primeira metade do século XVIII (executado entre a tomada de Moura pelo Duque de Osuna – 1707 – e 1742), muito útil para a compreensão do local<sup>25</sup>. Miguel Luís Jacob (Fig. 12) também se ocupou de Moura e deixou – como é hábito – um desenho com grande detalhe a nível da informação sobre a área fortificada e a sua envolvente<sup>26</sup>.

Para além de muralhas, há outras edificações que se podem construir também – como se irá ver mais adiante. No caso de Moura – como em outros locais onde se coloca a questão de aquartelar os soldados, há que ter a conta a possibilidade de se edificarem quartéis. No caso de Moura, edificaram-se

---

21 Sobre as fortificações e outros edifícios construídos a partir do século XVII veja-se MACIAS, Santiago e GASPARG, Vanessa, *Fortificações Modernas de Moura*, Ed. Câmara Municipal de Moura, 2005; sobre as estruturas ainda visíveis, vejam-se pp. 14-29.

22 Cf. Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, 1661 (?), fl. 16.

23 Planta de 1657; cf. MATTOS, Gastão de Mello, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, 1941; MACIAS e GASPARG, *op. cit.*, p. 60; planta muito útil, pois é desenhado o seu tecido urbano.

24 MATTOS, Gastão de Mello, *op. cit.*, 1941, est. LXXIII; MACIAS e GASPARG, *op. cit.*, p. 61.

25 MANSO PORTO, Carmen, *Cartografia Histórica Portuguesa*.

*Catálogo de Manuscritos (Siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1999, nº 21, pp. 44-45.

26 Planta do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, reproduzida em MACIAS e GASPARG, *op. cit.*, p. 63; <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imagweb/02/2-21-30/3044-2-21-30.jpg> (Out. 2014). É de ver, igualmente, a planta de Pierre Robert de Bafacond, de 1763 (*ibidem*, p. 64).

quartéis para militares de cavalaria e infantaria desde o século XVII, aos quais estava associada uma capela - Igreja do Senhor Jesus dos Quartéis<sup>27</sup>.

O objectivo de quaisquer tropas invasoras que entrassem em Portugal nunca seria a ocupação, exclusivamente, dos territórios da margem esquerda do Guadiana. Passando este rio – caso a penetração se fizessem pela zona de Noudar ou Ficalho – surgiria Beja como grande praça militar a enfrentar ou contornar antes de se atingir as terras do litoral. Ora, não deixou de haver projectos para reforçar as defesas passivas de Beja e preparar esta cidade para o tipo de guerra do período moderno. Carmen Manso Porto dá a conhecer, entre as muitas plantas que publica, uma planta militar de inícios do século XVIII (Fig. 13) que tem certamente a ver com a preocupação de defesa da cidade no quadro dos acontecimentos da Guerra da Sucessão em Espanha<sup>28</sup>. Trata-se de uma planta sobre a qual o autor deste texto já se debruçou – por ser muito útil para estudar o castelo medieval e a sua eventual relação com a alcáçova mandada edificar em tempos de Abd al-Rahman III e por mostrar todo o perímetro da cerca medieval – mas que tem, para o século XVIII, um especial interesse, na medida em que mostra um projecto ambicioso de fortificação desta cidade. A preocupação com a defesa de Beja já existe no século XVII<sup>29</sup> e, para o século XVIII, está também patente na documentação referente a outros estudos e na existência de outras plantas da mesma época para esta mesma cidade<sup>30</sup>.

A Perspectiva da Cidade de Beja, de 1850<sup>31</sup>, mostra bem que a maior parte destes projectos defensivos nunca chegaram a ser postos em prática.

O caso de Mértola é especial e diferente dos demais. Mértola é hoje uma vila que se tornou um símbolo a nível da riqueza e diversidade da sua actividade arqueológica, do esforço na defesa e valorização do seu património histórico e no cuidado das suas publicações. Porém, o período que nos interessa não é o mais conhecido. E, há razões que explicam essa situação.

27 C. <http://www.mouraturismo.pt/visitar/entidade.php?id=51&cat=9>

28 MANSO PORTO, Carmen, *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (Séculos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1999, nº 18, p. 40.

29 Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação*, 1661 (?), fl. 21.

30 Cf. *Planta das fortificações de Beja, antigas e modernas, desenhada por Félix Caetano da Silva*, em Maio de 1765, pertencente ao Fundo documental de **Felix Caetano da Silva depositado no Arquivo Distrital de Beja, sob o título Memórias Históricas das Antiguidades da Cidade de Beja** - ver [http://adbja.dglab.gov.pt/2014\\_documentos-de-identidade-memoria/](http://adbja.dglab.gov.pt/2014_documentos-de-identidade-memoria/)

31 Disponível em <http://adbja.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/6/2014/01/Perspectiva-da-cidade-de-Beja-1850.png> (consultado em 16 de Outubro de 2014).



De facto, Mértola não fez parte das preocupações principais dos estrategas dos séculos XVII e XVIII. Qualquer penetração que se fizesse a partir dos reinos de Espanha e pretendesse atingir a capital não necessitaria de passar por Mértola. Por outro lado, o rio Guadiana estava destituído, em redor de Mértola, de grande valor tático nos séculos XVII e XVIII, pelo que o interesse por esta antiga vila sempre foi reduzido depois do período medieval. A situação transparece de forma muito clara num trabalho recente sobre o castelo de Mértola e que não se detém, cronologicamente, no período medieval.

Não se encontram sinais evidentes de reforço das suas muralhas medievais e épocas da pirobalística. Num estudo recente, essa situação foi abordada e posta em evidência<sup>32</sup>. O único “baluarte” visível no castelo é já representado por Duarte d’Armas<sup>33</sup>.

Apesar de praticamente nada se ter projectado para Mértola, não deixou de haver interesse em visitar e estudar esta vila. O Sargento-mor Miguel Luís Jacob – onnipresente neste trabalho – também visitou Mértola em 1755 e deixou um desenho desta vila<sup>34</sup>, apesar de nada de muito importante estar previsto para ela (Fig. 14).

Mértola parece que estava reservada para outras posições em termos militares, na era da pirobalística. Na verdade, apesar da sua total inadaptação à guerra com artilharia, o nome de Mértola será associado, em termos nobiliárquicos e um militar de grande estatura: Frederico de Schomberg. Este acabará por adicionar aos títulos que já possuía o de Conde de Mértola, título que receberá em 1668<sup>35</sup>.

Para quem deseje estudar a arquitectura militar da região em causa – ou outras – será conveniente adoptar uma atitude holística. Na verdade, as fortificações eram unicamente uma parte de todo um sistema que, sobretudo em grandes centros como Elvas (do lado português) integrava hospitais, tribunais militares, sistemas de aprovisionamento de água (incluindo cisternas), celeiros, armazéns vários mas, também, no terreno, novas vias e sistemas de vigia

---

32 Cf. BOIÇA, Joaquim M. F. e BARROS, Maria de Fátima Rombouts de, *O Castelo de Mértola – História, Espaço e Forma, sécs. XIII-XXI*, Mertola, 2013, pp. 68.

33 - *Ibidem*, p. 110.

34 Cf. <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/imgweb/03/3-40-PP/1397-3-40-PP.jpg>

35 Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, citado por BOIÇA, Joaquim m. F. E BARROS, Maria de Fátima Rombouts de, *O Castelo de Mértola – História, Espaço e Forma, sécs. XIII-XXI*, Mértola, 2013, p. 124.

que incluíam atalaias. A região em apreço, não possui grandes núcleos urbanos e também não se encontram numa das principais zonas de penetração de exércitos vindos de Espanha. Por isso, assiste-se à ausência de edifícios dedicados às funções judiciais ou hospitalares como, por exemplo, se encontrarão na já referida Elvas ou em Évora.

Por outro lado, esta região denota um grande conservadorismo, mantendo de pé antigas fortificações medievais, não se tratando exclusivamente de confiança na sua eficácia mas sim, e sobretudo, da impossibilidade de as substituir rapidamente por defesas modernas. Deve recordar-se que muitas das acções militares eram levadas a cabo por destacamentos não muito numerosos que devastavam campos e lugares habitados, quase sempre sem uma reflexão estratégica e táctica evoluída.

Mesmo assim, é possível apontar algumas construções interessantes no território. Por um lado, os já citados quartéis de Moura que se encontram em fase de estudo e de valorização. Por outro, é de lembrar que o território raiano – e este em particular também – está repleto de atalaias.

Essas atalaias ou “torres de vigia” visavam avistar movimentos ou tropas inimigas, controlar passagens, vias e portos sensíveis e alertar as fortificações principais da chegada de forças invasoras. Ora, tratando-se este território de uma área que se estrutura em redor do rio Guadiana, um rio de caudal tradicionalmente irregular e com alguns “portos” ou pontos de atravessamento em algumas zonas favoráveis, foram edificadas atalaias – como já se disse - em vários desses pontos.

Tendo em contra o que se conhece deste território – pelas publicações feitas, pelo que é possível observar e pelo estudo, não publicado ainda, de atalaias que ficaram submersas pela barragem de Alqueva - é possível encontrar atalaias de diferentes tipos para a época em análise.

Por um lado, existem atalaias de época medieval, reutilizadas no século XVII pela sua evidente utilidade nos primeiros momentos de confronto após 1640<sup>36</sup>. Ou seja, os antigos postos de vigia foram reutilizados numa primeira fase e, em alguns casos adaptados – mais tarde – às novas funções e, sobretudo, às novas solicitações da guerra de artilharia. Parece, por outro lado, que

---

36 É o caso, por exemplo, da *Atalaia da torre* – a norte de Serpa e muito perto da vila – fig. 15 e cf. ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1947, III, p. 384; ainda em Serpa, veja-se a *Atalaia de Nossa Senhora de Guadalupe*, junto à actual pousada. Veja-se ainda a *Atalaia magra*, em Moura, - cf. *Ibidem*, p.347

se edificaram algumas atalaias que, numa primeira fase, seguem uma tipologia medieval (Fig. 16)<sup>37</sup>. Por último, há atalaias novas mas que seguem já o modelo ou tipo abaluartado, ou seja, feitas de acordo com as necessidades da pirobalística e que parecem corresponder a momentos em que se assimilou, por completo, a nova forma de construção (Fig.17) 38.

Em termos gerais, tendo em conta os recursos cartográficos conhecidos, os que potencialmente ainda poderão aparecer e os estudos de terreno que estão por fazer, é de que crer que a o estudo desta época, a arqueologia pós-medieval que está por fazer e por se afirmar, e o estudo integrado e holístico das fontes disponíveis escritas para o que, em Portugal, se conhece como o da Guerra da Restauração – mas também para períodos seguintes, como o da Guerra da Sucessão de Espanha -, poderão contribuir para um melhor conhecimento do território desta imensa raia luso-espanhola que foi manipulada pelas elites dos seus reinos e que, em conjunto, pode ser um território em que as relações humanas se possam estreitar e solidificar, depois de tantos séculos de divisões forçadas e impostas a partir de poderes estabelecidos em outras regiões.

---

37 Parece ter sido o caso das atalaias de do *Cú de Pato*, do *Meirinho* e do *Porto de Portel* – SILVA, A. Carlos, *Salvamento arqueológico no Guadiana – do inventário primordial à minimização dos impactos*, Beja, Edia, 1999, respectivamente, pp. 291, 291-292 e 245, todas elas actualmente sob as águas da barragem de Alqueva; veja-se ainda *Atalaia de S. Gens*, visível e visitável entre Monsaraz e o rio Guadiana - *ibidem*, p. 184.

38 Veja-se a *Atalaia de Alvarinho*, de base troncopiramidal, mas alta como as medievais - SILVA, A. Carlos, *Salvamento arqueológico no Guadiana...*, p. 354; a *Atalaia da Tapadinha*, completamente inclinada, entre Mourão e o posto fronteiriço de S. Leonardo, ou seja, controlando o caminho de Villa Nueva del Fresno (*ibidem*, p. 244), a *Atalaia do Porto das Carretas*, (*ibidem*, p. 184) e, desenhada para a acção da pirobalística, a *Atalaia Gorda*, em Moura (ver ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1947. III. p. 46).



Fig. 1.- Monsaraz – imagem aérea vertical.



Fig. 2.- Vista aérea de Monsaraz, sendo visível o monte onde se encontra a Atalaia de S. Gens e, ao fundo, o curso do rio Guadiana antes da construção da barragem de Alqueva.



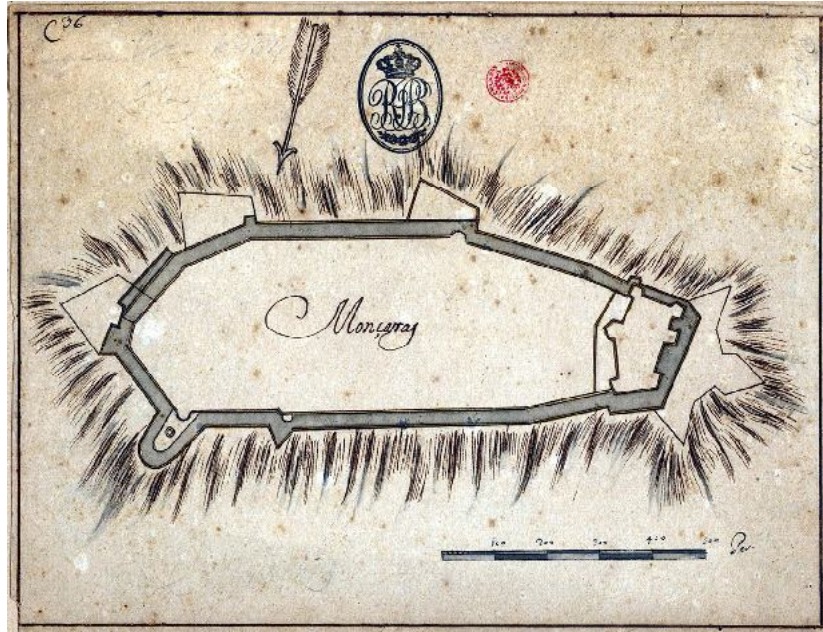


Fig. 3.- Monsaraz - Planta da fortaleza de Monsaraz, do segundo quartel do século XVIII (tinta bistre e aguadas) – disponível na BNDigital.



Fig. 4.- Mourão – fotografia aérea vertical.

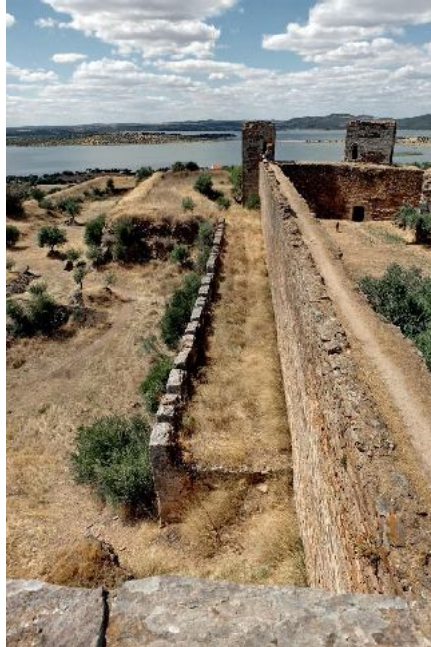


Fig. 5 – Mourão – é possível ver como o perímetro abaluartado se liga ao recinto medieval que nunca foi destruído (foto do autor).



Fig. 6 - Mourão, segundo Miguel Luís Jacob. Em 1755.



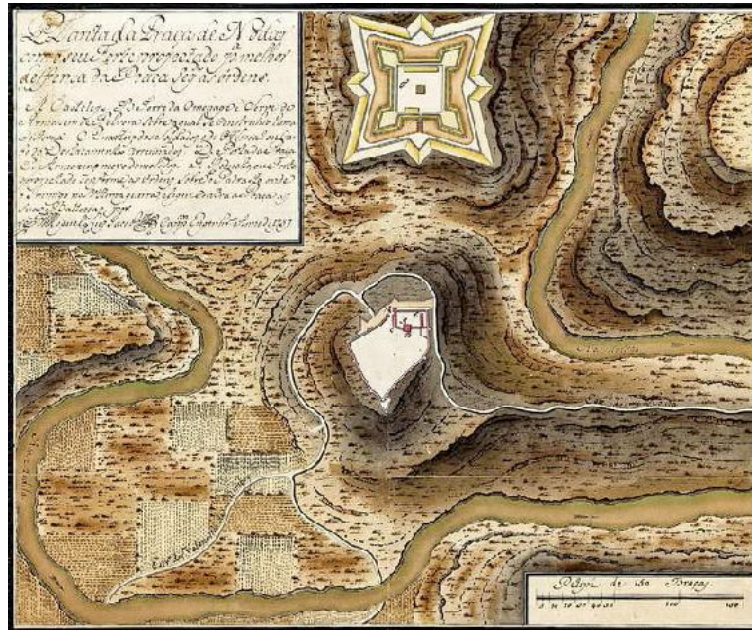


Fig. 7 - Noudar – desenho de Miguel Luis Jacob, de 1757

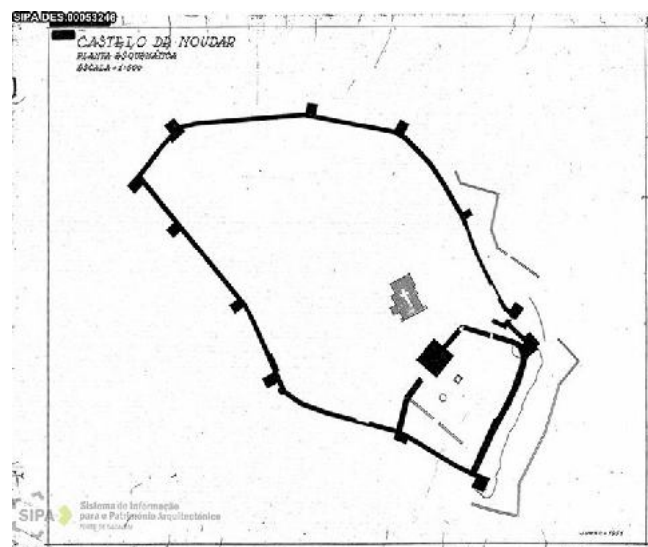


Fig. 8 - Noudar – planta oficial de 1981, onde se vêem, no exterior do castelo medieval, as poucas obras modernas que Noudar recebeu.



Fig. 9.- Serpa – vista aérea, onde são visíveis marcas no tecido urbano de possíveis traçados conducentes à implantação de perímetros abaluartados.

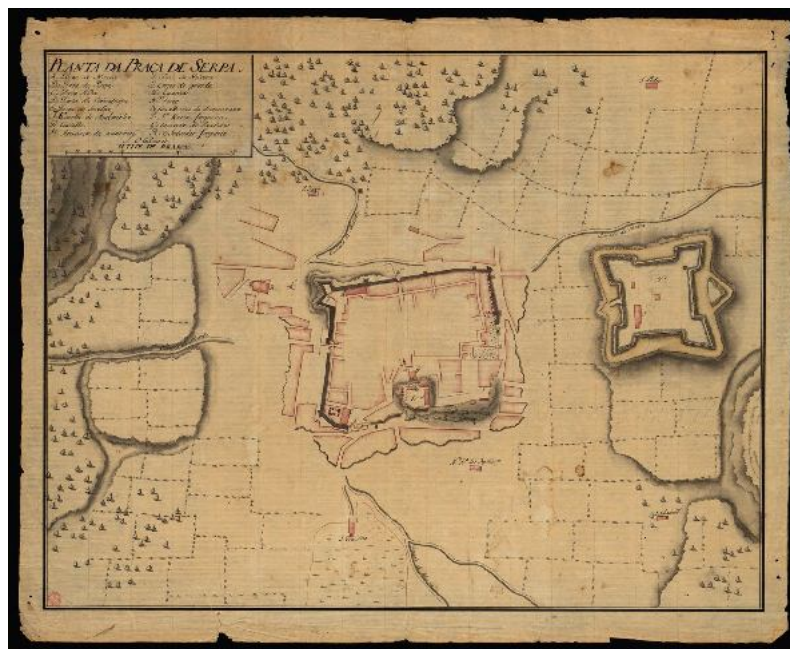


Fig. 10.- Planta da Praça de SERPA, muito semelhante à de Miguel Luís Jacob, de 1755 -- disponível em <http://purl.pt/26079>





Fig. 11 – Moura vista sensivelmente de norte – são visíveis vestígios das suas muralhas modernas.

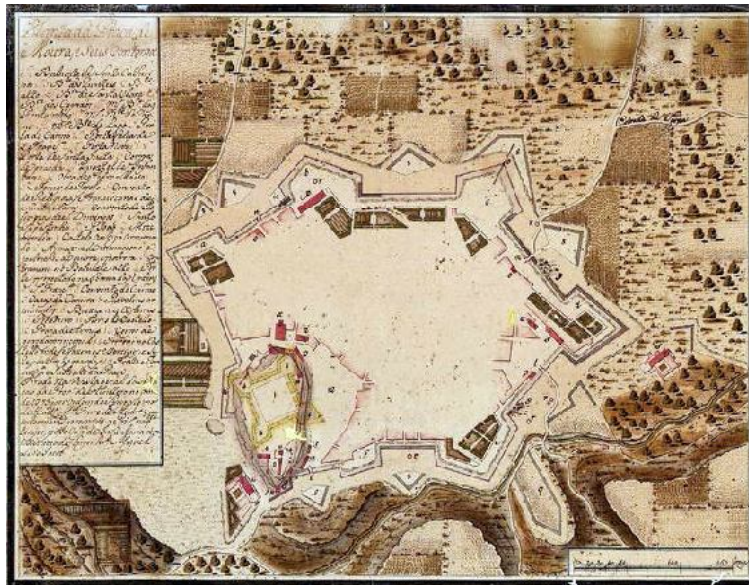


Fig. 12 - Moura, segundo Miguel Luis Jacob, com projectos de modificações para a área do castelo que não se efectuaram.

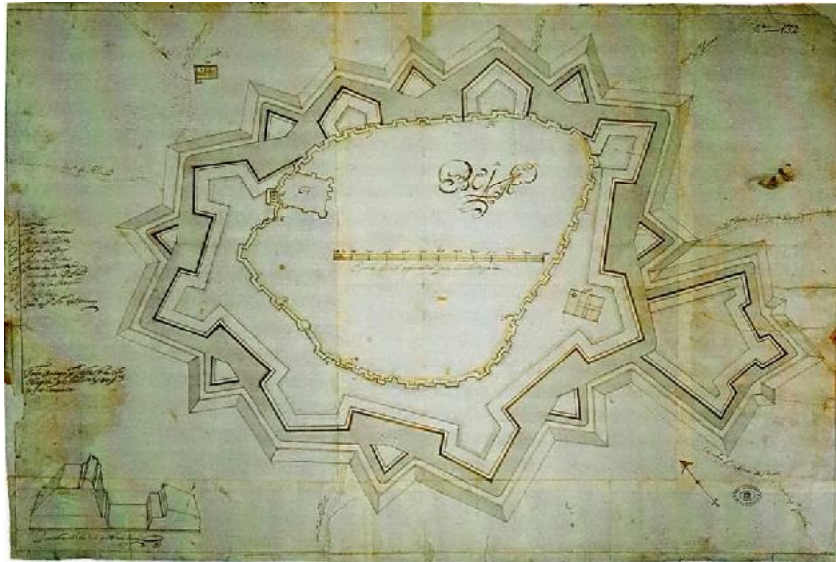


Fig. 13 - Beja – planta da cidade, anónima, com um projecto ambicioso – e não concretizado – para a cidade, em inícios do século XVIII.

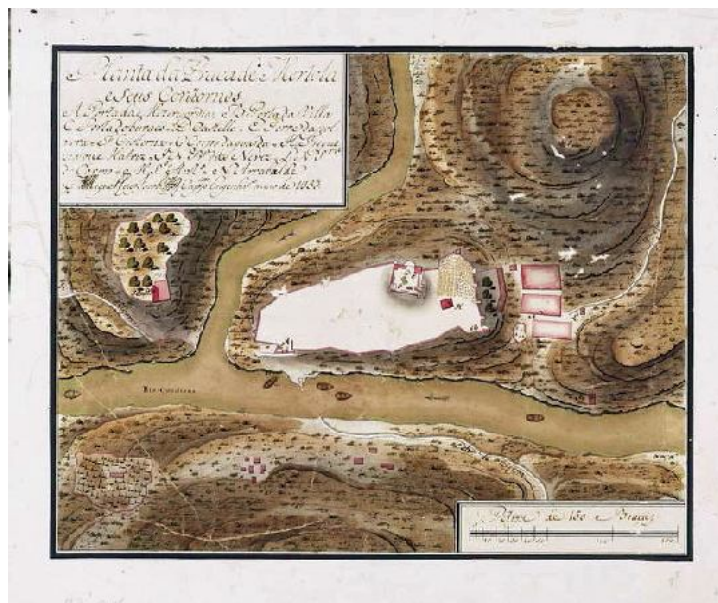


Fig. 14 – Planta de Mértola, de Miguel Luís Jacob, de 1757. Identifica alguns espaços no exterior da muralha medieval mas nada é proposto em termos de construções abaluartadas.





Fig. 15.- Serpa, atalaia de origem medieval, utilizada em épocas posteriores.



Fig. 16 - Atalaia do Cú de Pato, na margem direita do Guadiana, na área do concelho de reguengos de Monsaraz. A barragem do Alqueva inundou estas áreas, encontrando-se submersa (foto do autor).

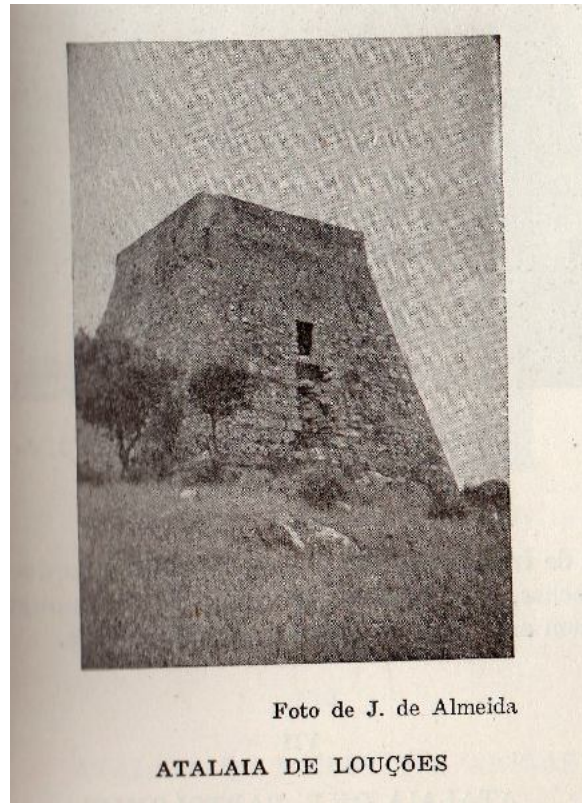


Fig. 17.- Uma das atalaias abaluartadas alentejanas – no concelho de Arronches, a norte da área em estudo - publicada pelo Gen. João de Almeida.